Ministério da Educação

INSPECÇÃO-GERAL DA EDUCAÇÃO

Avaliação Externa das Escolas

Relatório de escola

Agrupamento de Escolas de Fazendas de Almeirim

Delegação Regional de Lisboa da IGE

Datas da visita: 24 a 26 de Março de 2009

I – INTRODUÇÃO

A Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a auto-avaliação e para a avaliação externa. Por sua vez, o programa do XVII Governo Constitucional estabeleceu o lançamento de um «programa nacional de avaliação das escolas básicas e secundárias que considere as dimensões fundamentais do seu trabalho».

Após a realização de uma fase piloto, da responsabilidade de um Grupo de Trabalho (Despacho Conjunto n.º 370/2006, de 3 de Maio), a Senhora Ministra da Educação incumbiu a Inspecção-Geral da Educação (IGE) de acolher e dar continuidade ao processo de avaliação externa das escolas. Neste sentido, apoiando-se no modelo construído e na experiência adquirida durante a fase-piloto, a IGE está a desenvolver esta actividade, entretanto consignada como sua competência no Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007, de 31 de Julho.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa do **Agrupamento de Escolas de Fazendas de Almeirim** realizada pela equipa de avaliação, na sequência da visita efectuada entre **24 e 26 de Março de 2009**.

Os capítulos do relatório — Caracterização do Agrupamento, Conclusões da Avaliação por Domínio, Avaliação por Factor e Considerações Finais — decorrem da análise dos documentos fundamentais do Agrupamento, da sua apresentação e da realização de entrevistas em painel.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente a auto-avaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para o Agrupamento, constituindo este relatório um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e pontos fracos, bem como oportunidades e constrangimentos, a avaliação externa oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa congratula-se com a atitude de colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

O texto integral deste relatório encontra-se disponível no sítio da IGE em: www.ige.min-edu.pt

Escala de avaliação

Níveis de classificação dos cinco domínios

MUITO BOM – Predominam os pontos fortes, evidenciando uma regulação sistemática, com base em procedimentos explícitos, generalizados e eficazes. Apesar de alguns aspectos menos conseguidos, a organização mobiliza-se para o aperfeiçoamento contínuo e a sua acção tem proporcionado um impacto muito forte na melhoria dos resultados dos alunos.

BOM – A escola revela bastantes pontos fortes decorrentes de uma acção intencional e frequente, com base em procedimentos explícitos e eficazes. As actuações positivas são a norma, mas decorrem muitas vezes do empenho e da iniciativa individuais. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto forte na melhoria dos resultados dos alunos.

SUFICIENTE – Os pontos fortes e os pontos fracos equilibram-se, revelando uma acção com alguns aspectos positivos, mas pouco explícita e sistemática. As acções de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola. No entanto, essas acções têm um impacto positivo na melhoria dos resultados dos alunos.

INSUFICIENTE – Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes. A escola não demonstra uma prática coerente e não desenvolve suficientes acções positivas e coesas. A capacidade interna de melhoria é reduzida, podendo existir alguns aspectos positivos, mas pouco relevantes para o desempenho global. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto limitado na melhoria dos resultados dos alunos.

II – CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO

O Agrupamento de Escolas de Fazendas de Almeirim iniciou o seu funcionamento em 1 de Setembro de 1999. Com sede na Escola Básica de 2.º e 3.º Ciclos de Fazendas de Almeirim, integra cinco Jardins-de-Infância (JI) - Fazendas de Almeirim n.º 1 (Serra) e n.º 2 (Barrões), Paço dos Negros, Marianos e Raposa - e quatro Escolas do 1.º Ciclo (EB1) - Fazendas de Almeirim, Paço dos Negros, Marianos e Raposa. A escola-sede é constituída por um edifício principal, onde se localizam as salas normais e específicas, dois Laboratórios, um Centro de Recursos e Biblioteca, integrando-se esta na Rede Nacional de Bibliotecas Escolares. Dispõe ainda de um pavilhão gimnodesportivo e campo desportivo exterior. Para o funcionamento das aulas dos Cursos de Educação e Formação (CEF), procederam à reconversão, em salas, dos balneários de apoio ao campo desportivo exterior e à instalação de um monobloco. Quer a escola-sede quer as EB1 e os JI, excepção feita ao de Raposa, beneficiam de serviço de refeições.

Frequentam este Agrupamento 779 crianças e jovens, distribuídos por 40 turmas: 122 crianças na Educação Pré-Escolar – 6 grupos; 295 alunos no 1.º Ciclo – 16 turmas; 327 alunos no 2.º e 3.º Ciclos – 18 turmas e 35 alunos em turmas de CEF (15 na de Tipo 2 – 1.º ano; 12 na de Tipo 2 – 2.º ano; e 8 na de Tipo 3 – 2.º ano). É também ministrado um curso de Educação Extra-Escolar direccionado aos encarregados de educação (EE), em horário pós-laboral, com 18 alunos. A maioria dos alunos (59,8%) que frequenta o Ensino Básico não possui computador em casa. Relativamente aos auxílios económicos, no âmbito da acção social escolar, 40,3% dos alunos são beneficiários. No que se refere às habilitações académicas dos EE, 46% tem pelo menos o 9.º ano de escolaridade. A maioria desenvolve a sua actividade profissional no sector terciário.

Dos 88 docentes a prestarem serviço no Agrupamento, 7 estão afectos à Educação Pré-Escolar, 21 exercem funções no 1.º Ciclo, 55 no 2.º e 3.º Ciclos e 5 na Educação Especial. Em 2008/2009, 55% dos professores pertencem ao quadro de escola, 21% ao quadro de zona pedagógica e 24% são contratados. Quanto ao pessoal não docente, este é constituído por 54 elementos. De entre os que têm vínculo, contam-se 4 assistentes administrativos e 28 assistentes operacionais (ex-auxiliares de acção educativa).

III – CONCLUSÕES DA AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

1. RESULTADOS	MUITO BOM

Os progressos das aprendizagens das crianças que frequentam a Educação Pré-Escolar são registados e alvo de reflexão. No ensino básico, estão implementadas práticas sistemáticas de recolha, tratamento e análise dos resultados académicos dos seus alunos.

Em 2007/2008, verificou-se, globalmente, uma evolução positiva dos resultados relativamente aos restantes anos do triénio 2005/2008. As taxas de sucesso no 1.º Ciclo superaram os valores da média nacional. Em 2007/2008, os resultados quer nas provas de aferição - de 4.º ano, em Língua Portuguesa, de 6.º ano em Língua Portuguesa e em Matemática – quer nos exames nacionais de 9.º ano de Matemática, superaram os da média nacional. Esses resultados foram igualados na prova de aferição de Matemática do 4.º ano. Somente os resultados no exame nacional de Português do 9.º ano foram inferiores aos da média nacional. Foram, igualmente, inferiores à média nacional as taxas de transição no 7.º e 8.º anos. A aplicação de estratégias e de medidas educativas diversificadas têm promovido a melhoria dos resultados escolares. A implementação de mecanismos de prevenção do absentismo e do abandono escolar, nomeadamente, no caso deste, a detecção precoce de situações de risco, têm contribuído para a sua reduzida expressão. Os alunos conhecem e participam na elaboração dos documentos estruturantes, são co-responsabilizados em decisões que lhes dizem respeito e têm, em geral, um comportamento disciplinado. Os alunos identificam-se com a sua escola, em relação à qual há uma clara promoção da sua integração e das famílias, assim como do envolvimento da comunidade

educativa nas actividades dinamizadas pelo Agrupamento. É reconhecido pela comunidade escolar que as expectativas e a valorização das aprendizagens escolares por parte das famílias têm vindo a aumentar. É dada visibilidade ao trabalho desenvolvido pelas crianças e alunos junto da comunidade educativa.

2. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO — MUITO BOM

A articulação e a sequencialidade estão, na generalidade, garantidas, sendo reforçadas pela continuidade pedagógica dos docentes. O trabalho colaborativo entre estes é efectivado em momentos formais e, frequentemente, em encontros informais, para o que concorre o recurso ao correio electrónico e à plataforma *Moodle*. Os mecanismos de acompanhamento da prática lectiva estão assegurados, ainda que a supervisão em contexto de sala de aula esteja reservada para os casos que, pontualmente, têm ocorrido de desempenho menos adequado. Os critérios de avaliação, embora transversais a todo o Agrupamento, não são ponderados através de coeficientes objectivos. O Serviço Especializado de Apoio Educativo e a psicóloga têm desenvolvido um trabalho de intervenção, junto dos alunos, consistente e efectivo, articulando-se de modo eficaz quer com o Conselho Executivo e os docentes quer com as famílias e entidades parceiras, neste domínio. É feita a monitorização das taxas de sucesso dos alunos com necessidades educativas especiais, com planos de acompanhamento e de recuperação, com apoios educativos e dos que frequentam a sala de estudo. As metodologias activas e ou experimentais do currículo são valorizadas como estratégia de aprendizagem, em todos os níveis de educação e de ensino. São dinamizadas actividades e há adesão a iniciativas propiciadoras de novas oportunidades de aprendizagem, valorizadoras do conhecimento e que contribuem para a formação pessoal e social das crianças e dos alunos.

3. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR — MUITO BOM

O Agrupamento envolveu a comunidade escolar na elaboração dos documentos estruturantes da sua organização, que se encontram articulados. O Projecto Educativo ao elencar as áreas de intervenção prioritária não explicita, contudo, a hierarquização das mesmas, nem quantifica todas as metas que estabelece. A organização da gestão escolar é atempada, sendo os diferentes órgãos e estruturas chamados a intervir e a dar o seu contributo para as tarefas de planeamento, tomada de decisão, execução, avaliação e reformulação. As necessidades de formação identificadas pelos diferentes profissionais integram um plano estruturado. Os recursos humanos são geridos de modo a garantir o funcionamento dos vários sectores do Agrupamento e a dar resposta eficaz às necessidades da comunidade escolar. O Agrupamento oferece boas condições físicas e de manutenção, adequadas ao serviço educativo prestado.

A Associação de Pais apresenta-se como um parceiro activo e empenhado, interagindo com o Conselho Executivo na motivação dos encarregados de educação para a vida escolar dos educandos.

A organização do Agrupamento pauta-se por critérios de equidade e justiça evidenciados na sua actuação ao nível da inclusão, da resolução das dificuldades de aprendizagem e na prevenção e redução do absentismo e abandono escolar.

4. LIDERANÇA — MUITO BOM

As estruturas de coordenação e supervisão são mobilizadas pelo Conselho Executivo, que promove a liderança das mesmas, na tomada de decisões e na partilha de responsabilidades. O ambiente de confiança e de coesão, a atitude colaborativa e o relacionamento interpessoal propiciam uma cultura de Agrupamento. A comunidade escolar reconhece a importância dos projectos implementados e das

actividades dinamizadas. O Conselho Executivo revela capacidade de mobilização de recursos e de abertura à inovação, nomeadamente, no âmbito das novas tecnologias de informação e comunicação. Desenvolve, igualmente, uma clara dinâmica de articulação com diferentes entidades locais e regionais, com quem estabelece parcerias activas que revertem em mais-valias para a comunidade escolar.

5. CAPACIDADE DE AUTO-REGULAÇÃO E MELHORIA DO AGRUPAMENTO	SUFICIENTE

O Agrupamento tem vindo a implementar práticas de auto-avaliação, em que envolve a auscultação da comunidade escolar. A partir da reflexão efectuada, ao nível dos resultados e sobre as práticas da comunidade escolar, foram identificados pontos fortes e fracos e definidas áreas de intervenção pedagógica prioritária, assentes em planos de melhoria que estão em curso. No entanto, não definiram para todos os objectivos, metas quantificadas e avaliáveis nem horizontes temporais de consecução, assentes em metodologias fundamentadas. A participação empenhada das estruturas de coordenação e supervisão, a gestão, nos moldes em que tem sido efectuada pelo Conselho Executivo, e a auto-avaliação consubstanciada em acções que permitiram efectuar um diagnóstico do desempenho da comunidade escolar, afiguram-se indutoras da sustentabilidade do progresso do desempenho global do Agrupamento.

IV – AVALIAÇÃO POR FACTOR

1. RESULTADOS

1.1 SUCESSO ACADÉMICO

O Agrupamento procede, regularmente, há vários anos, à recolha e tratamento dos resultados académicos dos alunos, que são objecto de análise em sede dos conselhos Pedagógico, de Docentes e de Turma e ao nível dos grupos disciplinares, definindo-se nestes dois últimos estratégias de superação para as dificuldades de aprendizagem encontradas.

Na Educação Pré-Escolar, os progressos das aprendizagens das crianças são registados em fichas, das quais é dado conhecimento, trimestralmente, aos pais e encarregados de educação. Aquando da transição para o 1.º ano, o conteúdo dessas fichas é veiculado aos professores titulares de turma.

No 1.º Ciclo, no último triénio, segundo dados fornecidos pelo Agrupamento, é de registar a evolução das taxas de transição do 2.º e 3.º anos de escolaridade (2004/2005: 78% e 86%, respectivamente; 2007/2008: 98,7% e 91,6%, respectivamente). Quanto à taxa de conclusão no 4.º ano, nesse mesmo período, esta registou também um aumento significativo, tendo passado de 86% para 97,2%, superando os valores da média nacional (95,4%), neste último ano. Globalmente, no triénio, a taxa de sucesso do 1.º Ciclo aumentou de 87,5% para 96,9%, superando ligeiramente, neste último ano, a nacional (96,1%). No período em análise, a percentagem de alunos do 4.º ano que obteve níveis iguais ou superiores a "Satisfaz" na prova de aferição de Língua Portuguesa aumentou de 90,9% para 95,5%, enquanto a nacional registou um decréscimo (de 93% para 89,5%). Na prova de Matemática, verificou-se um aumento significativo de níveis iguais ou superiores a "Satisfaz" de 77,3% para 90,8%. Estes resultados igualaram a média nacional em 2007/2008.

Em 2007/2008, os dados fornecidos pelo Agrupamento revelam que as taxas de transição, no 5.º ano (91,6%), foram coincidentes com as registadas a nível nacional (91,6%), e as de conclusão, no 6.º ano (93,1%), foram superiores às nacionais (91,6%). Quanto às provas de aferição do 6.º ano, verificou-se uma melhoria significativa quer em Língua Portuguesa quer em Matemática. Assim, nas provas realizadas em 2007/2008, 100% dos alunos obtiveram classificações iguais ou superiores a "Satisfaz"

em Língua Portuguesa, quando no ano anterior apenas 77,7% o tinham registado. Em Matemática, em 2007/2008, 83,1% obtiveram positivas quando, em 2006/2007, esse valor se tinha cifrado em 64,1%. Estes resultados, em 2007/2008, superaram os da média nacional (81,9%). Relativamente ao 3.º Ciclo, em 2007/2008, as taxas de transição, no 7.º ano, foram de 80,9% e no 8.º, de 85,9%; a taxa de conclusão no 9.º ano foi de 78,5%. Em qualquer destes anos, as taxas são inferiores às da média nacional. Nos exames do 9.º ano de escolaridade, nos anos 2006, 2007 e 2008, as percentagens de níveis iguais ou superiores a 3 na disciplina de Língua Portuguesa (45,0%; 79,6% e 80,0%, respectivamente) foram sempre inferiores às nacionais (54,5%; 86,4% e 83,2%, respectivamente). Quanto às classificações de Matemática, nesse mesmo período, registaram oscilações (50,0%, 26,5% e 70,0% respectivamente), tendo superado os valores nacionais em 2005/2006 e 2007/2008 (36,3% e 55,2 %, respectivamente).

Como medidas de combate ao insucesso, o Agrupamento tem vindo a desenvolver estratégias, como sejam a sala de estudo, as tutorias, os apoios educativos em diversas disciplinas, o recurso aos equipamentos informáticos (quadros interactivos), a interacção entre professores e alunos através da plataforma *Moodle* - traduzida na troca de materiais didácticos e de esclarecimento de dúvidas -, assim como as assessorias ao nível da disciplina de Matemática (no âmbito do Plano de Acção para a Matemática) e as equipas pedagógicas no Estudo Acompanhado, que têm constituído uma mais-valia para a melhoria dos resultados escolares e potenciação do sucesso educativo. A taxa de abandono escolar tem sido residual ou praticamente nula nos últimos anos lectivos, para o que concorreu um conjunto de mecanismos desenvolvidos, entre os quais a sinalização precoce dos casos de absentismo, as tutorias, o trabalho desenvolvido pelo Gabinete de Apoio ao Aluno, numa estreita colaboração entre a escola e a família, assim como o alargamento da oferta formativa a Cursos de Educação Formação (CEF).

1.2 PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CÍVICO

Os alunos conhecem os documentos estruturantes da vida escolar, onde se encontra patente a importância do seu desenvolvimento cívico e em que valores como a solidariedade e a entreajuda se constituem como vectores de estratégia para a operacionalização de uma cidadania actuante. Participam, através da resposta a questionários, na elaboração destes documentos. Os alunos são co--responsabilizados em decisões que lhes dizem respeito, quer através da eleição e do desempenho do cargo de delegados e subdelegados de turma quer ao nível do envolvimento e da participação nas actividades inerentes aos respectivos projectos curriculares, assim como pela auto-avaliação que fazem das respectivas aprendizagens e das actividades em que participam.

Os alunos mantêm, na sua maioria, uma relação de proximidade com docentes, directores de turma e assistentes operacionais. Revelam um sentimento de pertença quer em relação à escola sede quer ao Agrupamento na sua globalidade, o que os mobiliza, empenhadamente, nas actividades programadas. O reconhecimento do civismo nos alunos consubstancia-se na implementação do Quadro de Valor no 2.º e 3.º Ciclos, afixados em local privilegiado no átrio de entrada.

1.3 COMPORTAMENTO E DISCIPLINA

No início do ano lectivo e a partir do Regulamento Interno, cada Conselho de Turma procede à aferição e à definição de regras para uniformizar critérios de actuação, as quais são reforçadas pelo Director de Turma nas aulas de Formação Cívica. Na reunião de lançamento do ano lectivo, os alunos recebem brochuras, onde constam excertos do Regulamento Interno. Este documento encontra-se publicado na página do Agrupamento na *Internet* e é divulgado nos Serviços de Administração Escolar (SAE). O comportamento dos alunos pode considerar-se bom, havendo respeito generalizado pelas regras de conduta e de funcionamento. Os casos pontuais de alguma irreverência ou indisciplina são resolvidos pronta e eficazmente, em primeira instância, pelos directores de turma e, nos casos mais problemáticos, pelo Conselho Executivo. O recurso, quando necessário, aos "Contratos Pedagógicos", estabelecidos entre o director de turma, o aluno e o encarregado de educação, surge como uma medida concertada através da qual são delineadas estratégias e assumidos compromissos entre as partes, visando a superação dos comportamentos desadequados. Em geral, é visível o bom relacionamento existente entre alunos, professores e pessoal não docente, reflectindo o respeito pelos

direitos e deveres mútuos. Os alunos manifestam satisfação pela frequência da escola, o que propicia um bom ambiente educativo.

1.4 VALORIZAÇÃO E IMPACTO DAS APRENDIZAGENS

As actividades inscritas no Plano Anual de Actividades do Agrupamento, em que algumas são extensivas à comunidade envolvente, são reconhecidas e valorizadas como propiciadoras de sucesso escolar. Os órgãos de gestão têm procurado devolver sentido e rumo aos cursos profissionalizantes, com resultados práticos na comunidade educativa, nomeadamente através da criação de dois Cursos de Educação e Formação (Práticas Administrativas e o de Instalação e Reparação de Computadores), procurando dar resposta a alunos em risco de abandono escolar.

Nos JI e nas EB1, os encarregados de educação acompanham de forma assídua o processo educativo dos seus educandos, o que lhes possibilita um maior envolvimento e valorização das aprendizagens dos mesmos. Em relação aos dos alunos do 2.º e 3.º Ciclos, e dos CEF, embora as expectativas e a valorização das aprendizagens e dos percursos escolares dos alunos difiram entre encarregados de educação, é reconhecido, nomeadamente, pelos directores de turma, que as mesmas têm estado a aumentar.

Através do jornal escolar "O Charneco" é dada visibilidade ao trabalho desenvolvido pelas crianças, alunos e docentes, assim como às actividades dinamizadas pela Associação de Pais, reforçando-se a ligação com a comunidade local.

Os professores manifestaram satisfação quanto aos resultados académicos e por alguns alunos ingressarem no ensino superior. Facto este de que têm conhecimento informalmente.

2. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

2.1 ARTICULAÇÃO E SEQUENCIALIDADE

A coordenação pedagógica, ao nível da Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo, é feita nos respectivos conselhos de docentes, onde se promove o trabalho cooperativo, designadamente na elaboração de planificações e na partilha de materiais pedagógicos. Recolheram-se evidências quanto à articulação entre os professores titulares de turma e os responsáveis das actividades de enriquecimento curricular. No entanto, não é evidente que seja feita a avaliação do trabalho desenvolvido por estes últimos. A articulação entre a Educação Pré-Escolar e o 1.º Ciclo consubstancia-se através do planeamento de actividades conjuntas. A sequencialidade educativa é assegurada, pelos docentes, através da gestão vertical do currículo na transição do 4.º para o 5.º ano, na participação dos docentes do 1.º Ciclo na constituição das turmas do 5.º ano, assim como em reuniões e actividades conjuntas realizadas entre a Educação Pré-Escolar e o 1.º Ciclo e entre este e o 2.º Ciclo.

No 2.º e 3.º Ciclos, os coordenadores de departamento são os principais orientadores e dinamizadores do trabalho das disciplinas que os constituem sendo, no entanto, de relevar, também, o trabalho desenvolvido pelos subcoordenadores que os coadjuvam, junto dos seus pares. Quer nas reuniões mensais quer de modo informal, é frequente a partilha de materiais pedagógicos, de instrumentos de avaliação, aferidos no seio de cada grupo disciplinar, assim como de práticas e estratégias eficazes. Estas são, posteriormente, concretizadas nos conselhos de turma. A articulação interdisciplinar ocorre fundamentalmente na concretização de actividades de disciplinas afins e na operacionalização dos projectos curriculares de turma. A sequencialidade pedagógica é reforçada, sempre que possível, nas transições de ano pela continuidade pedagógica dos docentes e dos directores de turma.

O correio electrónico e a plataforma *Moodle* são meios eficazes utilizados pela generalidade dos docentes na articulação do seu trabalho. É prática sistemática a análise dos resultados escolares e a reflexão sobre as práticas de ensino. No entanto, a monitorização do percurso escolar dos alunos é recente e ainda não está formalmente organizada. O Agrupamento conta, em 2008/2009, com uma psicóloga para apoiar os alunos nas opções a efectuar na transição do 3.º Ciclo para o Ensino Secundário e garantir-lhes um apoio na orientação vocacional.

2.2 ACOMPANHAMENTO DA PRÁTICA LECTIVA EM SALA DE AULA

A supervisão da prática lectiva em contexto de sala de aula tem sido realizada, pontualmente, em situações de desempenho desadequado de docentes. Nessa situação, os mecanismos de acompanhamento são desencadeados através do Coordenador de Departamento e do apoio prestado na preparação das actividades lectivas, por outro colega da mesma disciplina. O acompanhamento da prática lectiva dos docentes é feito através do controlo das planificações, do cumprimento dos programas, dos materiais pedagógico-didácticos que são partilhados, assim como, ao nível da avaliação, pela definição de critérios específicos. No entanto, a existência de critérios de avaliação dos alunos, transversais a todo o Agrupamento, não garante, por si só, coerência e aplicação dos mesmos, de forma calibrada, uma vez que estes não são ponderados através de coeficientes objectivos. Existem evidências de cooperação dos docentes ao nível da elaboração de alguns instrumentos de avaliação. A elaboração dos projectos curriculares de turma obedece a uma matriz comum, assumindo-se aqueles como documentos promotores de articulação interdisciplinar.

2.3 DIFERENCIAÇÃO E APOIOS

O Núcleo de Educação Especial (NAE) trabalha em estreita colaboração com a psicóloga do Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) contratada no presente ano lectivo, no processo de sinalização, diagnóstico e acompanhamento dos alunos com necessidades educativas especiais (NEE). Estão actualmente a ser apoiadas 3 crianças na Educação Pré-Escolar, 3 alunos no 1.º Ciclo, 10 no 2.º Ciclo e 20 no 3.º. O apoio é prestado quer em contexto de sala de aula quer no Gabinete de Apoio, em pequenos grupos, tendo sempre presente a perspectiva da socialização. O Agrupamento tem em funcionamento uma Unidade de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multi-deficiência, constituindo-se como uma escola de referência nessa área. A articulação entre os professores do NAE e os outros docentes é, em regra, bem conseguida, nomeadamente, através da participação nas reuniões de avaliação e de contactos informais. O trabalho de intervenção da equipa deste Núcleo, cujas actividades integram o Plano Anual de Actividades do Agrupamento, é complementado com a colaboração prestada pelas parcerias estabelecidas, nomeadamente, com o Centro de Recuperação Infantil de Almeirim (CRIAL), ou o Centro de Saúde. A intervenção da psicóloga desenvolve-se transversalmente a todos os níveis de educação e de ensino e de modo articulado com os docentes.

Ao nível dos apoios educativos o Agrupamento procura dar respostas às diferentes situações de insucesso e/ou dificuldades de aprendizagem, com base num diagnóstico feito pelos professores das turmas e/ou disciplinas. As metodologias adoptadas passam pela diferenciação pedagógica, pelas aulas de apoio e frequência da sala de estudo, ou pelas tutorias. O Agrupamento procede à monitorização dos resultados dos planos de recuperação e de acompanhamento, permitindo avaliar o impacto destes apoios no sucesso escolar dos alunos. Quanto aos alunos com estes planos, no triénio 2005/2008, verificou-se uma taxa de transição/conclusão de 75%. É feita, igualmente, a monitorização dos resultados dos alunos do 2.º e 3.º Ciclos que frequentam a sala de estudo e dos que têm apoio educativo a Matemática, a Língua Portuguesa, a Inglês, a Francês e a Educação Física. Quanto aos primeiros, registou-se um acréscimo da taxa de sucesso de 59%, em 2006/2007, para 69% em 2007/2008. Neste mesmo período, o apoio educativo registou sempre uma evolução na taxa de sucesso nas disciplinas de Matemática (de 40% para 49%), Língua Portuguesa (de 63% para 65%) e Educação Física (de 50% para 75%). Somente em Inglês é que a referida taxa sofreu um decréscimo (de 58% para 53%). Em Francês, em 2007/2008, 54% dos alunos apoiados tiveram sucesso.

2.4 ABRANGÊNCIA DO CURRÍCULO E VALORIZAÇÃO DOS SABERES E DA APRENDIZAGEM

A especificidade da oferta educativa do Agrupamento surge com os CEF de "Práticas Administrativas" e "Informática e Reparação de Computadores", para cuja implementação foram tidas em conta as necessidades e expectativas dos alunos, assim como o ajustamento à oferta de outros estabelecimentos, tendo subjacente a prevenção do abandono escolar e a facilitação da futura

integração no mundo do trabalho. A comunidade local revela satisfação face às aprendizagens proporcionadas, sendo consensual que a escola-sede fornece as ferramentas necessárias para o ingresso na vida activa. O reconhecimento da excelência nos alunos consubstancia-se na implementação do Quadro de Excelência, no 2.º e 3.º Ciclos, ao qual é dada relevância através da respectiva afixação no átrio do bloco central da escola sede e com a entrega de diplomas em cerimónia aberta à comunidade educativa. No ano transacto, esta prática foi extensiva aos alunos que finalizaram o curso CEF, valorizando os saberes práticos e profissionais por estes adquiridos.

As metodologias activas e ou experimentais são valorizadas e estão presentes em projectos e actividades desenvolvidos em todos os níveis de educação e ensino. As iniciativas a que aderem e as actividades dinamizadas pelo Agrupamento visam propiciar novas oportunidades de aprendizagem, valorizar as dimensões cultural e artística, estimular a valorização do conhecimento e contribuir para a formação pessoal e social dos alunos. Além de permitirem dar visibilidade ao trabalho realizado, algumas têm merecido a atribuição de prémios, nomeadamente o "Ciência na Escola". O Desporto Escolar oferece um leque alargado de modalidades que vão ao encontro dos interesses dos alunos e suscitam a sua adesão às mesmas. A divulgação à comunidade educativa dos sucessos obtidos pelos alunos é feita através da exposição dos troféus alcançados e dos trabalhos realizados.

3. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

3.1 CONCEPÇÃO, PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA ACTIVIDADE

O Agrupamento dispõe dos documentos estruturantes da sua organização, que se encontram interligados e para cuja elaboração houve o envolvimento e auscultação prévia da comunidade escolar. O Projecto Educativo, tendo como objectivo a melhoria e a eficácia, contempla áreas de intervenção prioritária, consubstanciadas em alguns planos de melhoria, em relação a cada uma das quais foram estabelecidas metas e definidos objectivos. O facto de estes não terem sido, na generalidade, quantificados e explicitamente hierarquizados, nem ter sido prevista uma calendarização para a respectiva consecução, limita o seu valor como instrumento de gestão, bem como a sua operacionalização e avaliação, ainda que constem no Projecto Curricular de Agrupamento. O Plano Anual de Actividades constitui-se como um documento único para o Agrupamento, implicitamente integrador das actividades promovidas pelos diferentes estabelecimentos, que contempla os objectivos, metas, princípios e valores estabelecidos nos restantes documentos orientadores. O Regulamento Interno constitui-se como um documento orientador em termos de um código de conduta comum.

A organização da gestão escolar é efectuada, atempadamente, pelo Conselho Executivo. Os diferentes intervenientes nos restantes patamares organizacionais – desde o Conselho Pedagógico aos conselhos de turma – são chamados a intervir e a dar os seus contributos nas tarefas de planeamento, tomada de decisão, execução, avaliação e reformulação. As entidades parceiras, embora não interfiram com regularidade nessas tarefas colaboram no desenvolvimento das actividades.

Nas áreas curriculares não disciplinares, a Formação Cívica é um espaço de desenvolvimento de competências sociais e de responsabilização escolar. O Estudo Acompanhado é utilizado, nomeadamente, para a consolidação de aprendizagens em Língua Portuguesa e Matemática. A Área de Projecto permite desenvolver trabalhos, com carácter interdisciplinar, nas áreas do Ambiente e da Promoção para a Saúde e reforçar a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação.

3.2 GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

A afectação dos docentes às turmas e direcções de turma assenta, sempre que seja possível e conveniente, no critério da continuidade pedagógica. O acolhimento e a integração dos profissionais que chegam pela primeira vez ao Agrupamento são efectuados pelo Conselho Executivo e pelas diferentes estruturas, no sentido de os inserir nas respectivas dinâmicas e os ajudar a ultrapassar eventuais dificuldades, favorecendo um bom ambiente de trabalho.

As carências de pessoal, suscitadas por casos de absentismo de alguns assistentes operacionais, são superadas pela coordenação, esforço suplementar e bom entendimento entre estes profissionais, que sentem que são respeitados e valorizados nas tarefas que realizam. Os SAE utilizam algumas aplicações informáticas de gestão. Encontram-se organizados por áreas específicas, mas a polivalência está assegurada, suprindo-se a eventual ausência do assistente técnico afecto à mesma. É dada uma resposta eficaz às necessidades e às solicitações dos diferentes utentes.

A formação contínua para o pessoal docente e não docente encontra-se estruturada num Plano assente na auscultação de necessidades identificadas pelos profissionais. Observaram-se indícios de práticas de formação interna proporcionadas por docentes, que desmultiplicam os seus conhecimentos junto dos colegas. Quanto ao impacto da formação contínua na qualidade do desempenho docente e não docente, não se encontraram evidências de que seja avaliado.

3.3 GESTÃO DOS RECURSOS MATERIAIS E FINANCEIROS

O Agrupamento oferece boas condições físicas e de manutenção, adequadas ao serviço educativo. Os espaços e as instalações, além de aprazíveis, em particular na escola-sede, denotam a preocupação existente com as condições de limpeza e de salubridade e com as questões ligadas à segurança. Todos os estabelecimentos do Agrupamento possuem Plano de Emergência aprovado mas a realização de simulacros não está acautelada nas EB1 e nos JI. As EB1 têm vindo, gradualmente, desde 2007/2008, a ser dotadas pela Câmara Municipal de Almeirim, no âmbito do Projecto Educação Tecnológica 21 (PET 21), de quadros interactivos e de acesso gratuito à *Internet* (*hotspot*), fomentando-se a utilização do computador como ferramenta de trabalho, aprendizagem e comunicação.

A angariação de receitas próprias passa pela participação em projectos e concursos e pela colaboração prestada pela Autarquia, numa gestão alinhada com as prioridades educativas.

3.4 PARTICIPAÇÃO DOS PAIS E OUTROS ELEMENTOS DA COMUNIDADE EDUCATIVA

Uma das áreas de intervenção preconizadas no Projecto Educativo é a valorização da escola e a participação activa dos encarregados de educação na vida escolar dos educandos. Nesse sentido, além de dar a conhecer os documentos estruturantes da organização do Agrupamento, o Conselho Executivo convida-os a assistir a eventos e exposições e, frequentemente, a envolverem-se nos mesmos (Arraial Popular, Encontro de Gerações, Dia do Pai, entre outros). Em 2007/2008, a candidatura ao projecto da Fundação Ilídio Pinho pelo Conselho Executivo, suscitou a participação dos pais através da plataforma *Moodle*. No presente ano lectivo, o Curso de Educação Extra-Escolar "Informática para Adultos - TIC para Encarregados de Educação", implementado na escola sede, obteve uma adesão positiva por parte dos mesmos. O projecto de "Consultadoria com Pais" (direccionado para todos os EE) e o "Programa de Promoção de Consciência Fonológica na Educação Pré-Escolar" (específico para os pais de crianças da Educação Pré-Escolar do JI de Fazendas de Almeirim n.º 2), implementados também no presente ano lectivo, pela psicóloga do SPO, constituem, por seu turno, mecanismos através dos quais se promove o trabalho articulado com os pais e encarregados de educação, fomentando-se estratégias a desenvolver com os educandos em casa. É na Educação Pré-Escolar e no 1.º Ciclo que os encarregados de educação estão mais presentes e acompanham os seus educandos. No entanto, nos restantes ciclos, o número de contactos presenciais daqueles com os directores de turma tem vindo a registar um ligeiro aumento. A par da grande disponibilidade e flexibilização no horário de atendimento, presencial, por telefone, através da caderneta escolar ou por correio electrónico, revelou-se fundamental, para esse acréscimo de participação, a adequação dos horários de reuniões, em horário pós-laboral, mais consentâneos com os interesses dos encarregados de educação. A Associação de Pais, que se faz representar de forma activa nos órgãos onde tem assento, tem dinamizado actividades enquadradas no Plano Anual de Actividades, nomeadamente, o *Peddypaper*.

A concretização de diversas iniciativas promotoras da abertura à comunidade educativa deve-se, em parte, à articulação eficaz que o Conselho Executivo estabelece com as associações recreativas locais e as autarquias, que se fazem representar e são elementos activos no Conselho Geral Transitório.

3.5 EQUIDADE E JUSTIÇA

Os responsáveis pelo Agrupamento norteiam a sua actuação prosseguindo os princípios de equidade e de justiça. Os valores de cidadania, de solidariedade e gosto pelo conhecimento são promovidos junto de todos os alunos. Procuram, de um modo geral, para problemas de natureza social, comportamental e disciplinar, entre outros, soluções específicas que consideram ser as mais adequadas. O Conselho Executivo, para além da atenção e apoios que presta aos alunos com NEE, proporciona aos que apresentam dificuldades de aprendizagem respostas diferenciadas para as suas necessidades. A oferta educativa no âmbito dos CEF tem subjacente uma resposta orientada para os interesses dos alunos, e da comunidade, em geral, assegurando a igualdade de oportunidades e uma política de inclusão de todos os alunos, acautelando o absentismo e o abandono escolar.

4. LIDERANÇA

4.1 VISÃO E ESTRATÉGIA

O Agrupamento revela uma articulação efectiva entre os vários órgãos e estruturas, apresentando-se o Conselho Executivo como o elemento estruturante de interligação. Considerado por todos como aberto e disponível pelos profissionais do Agrupamento, alunos e famílias, este órgão está sempre pronto a ouvir e a resolver os problemas que lhe são apresentados. Evidenciando ter uma visão prospectiva para o desempenho do Agrupamento, o Conselho Executivo age no sentido de motivar para um trabalho conjunto e para a partilha de responsabilidades, dinamizando a auto-avaliação anual do desempenho ao nível das actividades de diversas estruturas intermédias de coordenação pedagógica e de apoio. A atitude colaborativa destas possibilita o desenvolvimento e consolidação de actividades e projectos, bem como a concretização dos planos de melhoria em curso.

Há uma nítida postura de bom acolhimento aos novos profissionais, alunos e famílias. A boa relação mantida com diversas entidades, sejam empresas locais ou a própria Administração Local e Regional, é facilitadora do estabelecimento de parcerias activas e de protocolos. A inserção do Agrupamento no meio envolvente é clara, assim como é evidente, da parte deste, o desenvolvimento de mecanismos conducentes a uma efectiva integração da comunidade na escola.

4.2 MOTIVAÇÃO E EMPENHO

A motivação, o empenhamento e a co-responsabilização estão claramente patentes no trabalho realizado pelo Conselho Executivo e pelas estruturas de coordenação e supervisão pedagógica, no desenvolvimento das suas atribuições. Os docentes enfatizam o ambiente de confiança e de coesão cultivado por todos. As situações de absentismo dos docentes, no 2.º e 3.º Ciclos, são superadas através do Plano de Ocupação Plena dos Tempos Escolares ou da permuta, visando a rendibilização dos recursos humanos. Na Educação Pré-Escolar e no 1.º Ciclo, estes casos são resolvidos em função da duração da ausência do docente.

A imagem do Agrupamento é bastante positiva e credível junto da comunidade. É evidente o clima de entreajuda e de boa relação entre os que trabalham no Agrupamento, extensivo aos alunos que afirmam gostar da escola e consideram que os professores se preocupam com eles. O pessoal não docente afirma estar motivado para o desempenho das suas funções e o cuidado com que os assistentes operacionais tratam das zonas que lhe estão atribuídas revela o seu empenho.

4.3 ABERTURA À INOVAÇÃO

O Agrupamento tem mobilizado grande parte dos elementos da comunidade escolar, no sentido de uma maior abertura à inovação, desenvolvendo um trabalho positivo no âmbito das tecnologias de informação e comunicação, nomeadamente ao nível do funcionamento e gestão dos computadores portáteis, dos quadros interactivos e da valorização do sítio na *Internet*. Essa mobilização traduz-se também na adesão a diversos projectos nacionais – desde a Educação para a Saúde, às Bibliotecas Escolares, passando por outros projectos como "Ler +" - e na receptividade a iniciativas, como o

Projecto de Educação Tecnológica 21 (PET21) promovido pela Câmara Municipal de Almeirim. Outras vertentes de abertura à mudança são concretizadas através da utilização da plataforma *Moodle*, relativamente disseminada entre os docentes, e entre estes, os alunos e os encarregados de educação, enquanto suporte e veículo de comunicação e troca de informação e de recursos educativos, e do projecto dos computadores portáteis, promotor de novas perspectivas e dinâmicas de aprendizagem. A introdução da Robótica nas actividades de complemento curricular, no 1.º e 2.º anos do 1.º Ciclo, apresenta-se como uma estratégia inovadora e motivadora das aprendizagens.

4.4 PARCERIAS, PROTOCOLOS E PROJECTOS

O Agrupamento desenvolve uma forte dinâmica de articulação com diferentes entidades locais e regionais com quem estabelece diversos protocolos e parcerias. Estes têm contribuído para a diversidade e qualidade das actividades realizadas, proporcionado aos alunos situações educativas que estão para além do currículo formal e assegurado o apoio a alunos com problemáticas do foro emocional, entre outras. O CRIAL faculta, no desenvolvimento dos Projectos "Almofadinhas" e "Trampolim", o apoio de alguns técnicos especializados a alunos com NEE. São também mantidas situações de colaboração com entidades como o Centro de Saúde e a Escola Superior de Saúde, que enriquecem a intervenção junto da comunidade educativa, facultando esclarecimento e formação, para além de apoio clínico. A Autarquia intervém nas áreas da sua competência e colabora de forma activa, através da implementação do projecto PET 21 junto das EB1. Este reverte numa mais-valia para as mesmas, proporcionando, a professores e alunos, instrumentos de trabalho complementares aos tradicionais. Estabelecem-se, igualmente, protocolos com empresas locais numa perspectiva quer enquadradora da componente de formação em contexto de trabalho, para os alunos dos cursos CEF, quer integradora na vida activa (para um aluno com Plano Individual de Trabalho).

No âmbito do Plano Nacional de Leitura, nomeadamente através do projecto "Ler para Aprender" e através da Biblioteca Escolar/Centro de Recursos Educativos, o Agrupamento participa em diversos concursos nacionais que propiciam experiências enriquecedoras e que valorizam o conhecimento dos alunos.

5. CAPACIDADE DE AUTO-REGULAÇÃO E MELHORIA DO AGRUPAMENTO

5.1 AUTO-AVALIAÇÃO

O Agrupamento criou, em 2001/2002, o Observatório da Qualidade constituído apenas por docentes, a partir do qual elaborou os primeiros instrumentos de recolha e de análise de dados. Desde então, tem promovido, regularmente, práticas auto-avaliativas, assentes quer no levantamento dos resultados académicos dos alunos e na respectiva análise nos conselhos Pedagógico e de Docentes e nos Departamentos Curriculares, quer na análise dos relatórios produzidos pelas várias estruturas. Reflecte-se, assim, sobre as práticas, identificam-se as áreas de intervenção pedagógica prioritária e definem-se, para o ano lectivo subsequente, as orientações em termos de planeamento nestas áreas. As práticas de auto-avaliação que tem vindo a desenvolver consubstanciam-se em acções que permitiram fazer um diagnóstico do desempenho da comunidade escolar, identificando pontos fortes e fracos. Embora tenham traçado metas (na generalidade não quantificadas), formulado objectivos e delineado orientações, em termos de planeamento e de gestão, não definiram o horizonte temporal para a respectiva consecução.

5.2 SUSTENTABILIDADE DO PROGRESSO

As práticas de auto-avaliação embora resultantes numa identificação concreta dos pontos fortes e fracos e dando corpo a planos de melhoria, ainda não se consubstanciam num plano de acção estratégico integrador, com metas quantificadas e avaliáveis e horizontes temporais de consecução, assente em metodologias fundamentadas. Encontrando-se alguns dos planos de melhoria em curso, ainda não é possível inferir resultados consequentes que garantam a prossecução dos objectivos estabelecidos no Projecto Educativo. Assim, a sustentabilidade do progresso está dependente da

dinâmica de implementação de um processo de auto-avaliação consistente e sistemático, cujos resultados possam integrar uma estratégia concertada direccionada para a superação dos aspectos menos positivos e que monitorize a eficácia desse desempenho global do Agrupamento. A gestão deste, nos moldes em que tem vindo a ser realizada pelo Conselho Executivo com a participação empenhada das restantes estruturas, aponta para um progresso de melhoria do seu desempenho.

V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, apresenta-se uma selecção dos atributos do **Agrupamento de Escolas de Fazendas de Almeirim** (pontos fortes e fracos) e das condições de desenvolvimento da sua actividade (oportunidades e constrangimentos). A equipa de avaliação externa entende que a presente selecção identifica os aspectos estratégicos que caracterizam o Agrupamento e define as áreas onde devem incidir os seus esforços de melhoria.

Entende-se aqui por ponto forte: atributo da organização que ajuda a alcançar os seus objectivos; por ponto fraco: atributo da organização que prejudica o cumprimento dos seus objectivos; por oportunidade: condição ou possibilidade externas à organização que poderão favorecer o cumprimento dos seus objectivos; por constrangimento: condição ou possibilidade externas à organização que poderão ameaçar o cumprimento dos seus objectivos.

Os tópicos aqui identificados foram objecto de uma abordagem mais detalhada ao longo deste relatório.

Pontos fortes

- A evolução dos resultados académicos dos alunos no triénio 2005-2008;
- O decréscimo do abandono escolar para valores residuais ou nulos, em decorrência dos mecanismos implementados;
- A valorização das metodologias activas e experimentais como estratégia de aprendizagem;
- A motivação e o empenho dos diferentes profissionais da comunidade escolar, em torno de objectivos comuns;
- O bom clima e as relações interpessoais entre os vários elementos da comunidade escolar;
- A Associação de Pais dinâmica, empenhada e colaborante com o órgão de gestão;
- O fomento da participação e do envolvimento da comunidade local e o estabelecimento de parcerias activas, com mais-valias para a comunidade escolar.

Pontos Fracos

- As taxas de transição no 7.º e 8.º anos e as de conclusão no 9.º ano inferiores às nacionais;
- A ausência de prática de simulacros nos Jardins-de-Infância e nas escolas do 1.º Ciclo;
- A inexistência de ponderação, nos critérios de avaliação dos alunos, através de coeficientes objectivos;
- A falta de hierarquização, no Projecto Educativo e nos planos de melhoria, das áreas de intervenção prioritária, consubstanciadas em metas quantificadas e avaliáveis;
- A falta de monitorização da eficácia do desempenho global do Agrupamento, no processo de auto-avaliação.

Oportunidade

- A generalização da utilização dos meios informáticos, numa perspectiva de continuidade, como meio expedito de divulgação de informação.